

**WALDO
FAZZIO
JÚNIOR**

19ª EDIÇÃO revista,
atualizada
e ampliada

**MANUAL
DE DIREITO
COMERCIAL**



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Leonardo Hermano

- Fechamento desta edição: 01.12.2017

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F299m

Fazzio Júnior, Waldo

Manual de direito comercial / Waldo Fazzio Júnior. – 19. ed., rev. atual. ampl. - São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01468-6

1. Direito empresarial. 2. Direito comercial. I. Título.

17-46218

1113569

CDU: 347.72

Sumário



Parte I – Direito Comercial	1
1 Direito Comercial	3
1.1 Síntese histórica	3
1.2 Objeto do direito comercial	4
1.3 Conceito	8
1.4 Fontes do direito comercial.....	10
1.4.1 Fonte primária.....	11
1.4.2 Fontes secundárias	12
1.4.2.1 Usos	13
Parte II – Empresário	15
2 Empresário Unipessoal	17
2.1 Empresário	17
2.2 Caracterização do empresário unipessoal.....	18
2.3 Capacidade jurídica	18
2.3.1 Emancipado.....	19
2.3.2 Incapaz.....	19
2.3.3 Empresário casado	20
2.4 Ausência de impedimento legal.....	21
2.5 Exercício profissional da empresa.....	25
2.6 Empresário individual de responsabilidade limitada	26
2.7 Regime peculiar regulador da insolvência	27
2.8 Registro obrigatório.....	28
2.9 Perda da qualidade empresarial.....	30

3	Regime Empresarial Simplificado	33
3.1	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	33
3.1.1	Características gerais.....	35
3.1.2	Simplex Nacional.....	36
3.1.3	Aspectos trabalhistas	38
3.2	Microempreendedor individual	39
3.3	Redesim.....	40
3.4	Sociedade de propósito específico	41
4	Registro	43
4.1	Noção	43
4.2	Registro de empresas.....	44
4.2.1	Composição da Junta Comercial.....	45
4.2.2	Atribuições da Junta Comercial.....	46
4.2.3	Proibido arquivar.....	46
4.2.4	Modificação de atos constitutivos.....	47
4.2.5	Controle da escrituração.....	48
4.2.6	Publicidade dos atos.....	48
4.2.7	Matrícula.....	49
4.2.8	Outros deveres	49
5	Escrituração	51
5.1	Obrigação de manter escrituração	51
5.2	Sistemas	52
5.3	Instrumentos obrigatórios.....	53
5.4	Exibição administrativa	55
5.5	Exibição judicial da escrituração.....	55
5.6	Balancos	57
5.7	Outros documentos essenciais	58
6	Nome Empresarial	59
6.1	Noção	59
6.2	Firma	60
6.3	Nome da sociedade empresária	61
6.4	Proteção do nome empresarial	62
6.5	Exclusividade.....	64
6.6	Concorrência	65
6.7	Alienabilidade do nome.....	66
6.8	Perda do nome.....	66
6.9	Nome e marca	67
7	Estabelecimento Empresarial	69
7.1	Conceito	69
7.2	Composição	71

7.3	Sinais distintivos.....	72
7.4	Título do estabelecimento e insígnia	72
7.5	Ponto de negócio	73
7.6	Renovatória de locação.....	74
	7.6.1 Requisitos para renovação	75
	7.6.2 Alternativas do locador	77
	7.6.3 Hipóteses de decisão	81
	7.6.4 <i>Shopping center</i>	81
7.7	Aviamento	82
7.8	Clientela	83
7.9	Trespasse	84
7.10	Estabelecimento e falência	87
7.11	Acesso virtual	88
Parte III – Sociedade Empresária		91
8	Regime Jurídico da Sociedade Empresária	93
8.1	Princípios da sociedade empresária	93
	8.1.1 Princípios explícitos: contrato social plurilateral	94
	8.1.2 Princípios explícitos: personificação jurídica	96
	8.1.3 Desconsideração da personalidade jurídica	98
	8.1.3.1 Incidente de desconsideração	101
	8.1.4 Sociedade não personificada	102
	8.1.5 Fim da personalidade jurídica	103
	8.1.6 Princípios implícitos	103
8.2	Concepção e constituição da sociedade	105
8.3	Contrato social	107
	8.3.1 Elementos do contrato social.....	108
	8.3.1.1 Pluralidade de sócios	109
	8.3.1.2 Constituição do capital social.....	110
	8.3.1.3 <i>Affectio societatis</i>	112
	8.3.1.4 Participação nos lucros e nas perdas	112
	8.3.2 Requisitos de registro do contrato social	113
8.4	Sociedade empresária e atos de registro.....	115
8.5	Direitos e obrigações dos sócios.....	116
8.6	Administração societária	118
8.7	Classificações das sociedades empresárias.....	119
	8.7.1 Quanto à natureza do ato conceptivo	120
	8.7.2 Quanto à responsabilidade social	120
	8.7.3 Quanto à composição econômica	121
	8.7.4 Quanto ao volume da receita bruta	122
8.8	Sociedades de objeto misto.....	122
8.9	Sociedades dependentes de autorização.....	123

8.10	Sociedades empresárias no CC	124
8.11	Resolução (dissolução parcial)	125
8.12	Dissolução	128
8.13	Dissolução judicial.....	129
8.14	Prorrogação.....	129
8.15	Liquidação	130
8.16	Pagamento do passivo	132
8.17	Partilha do ativo residual.....	132
9	Sociedade Limitada.....	135
9.1	Noção	135
9.2	Capital social	137
9.2.1	Capital e patrimônio.....	138
9.3	Responsabilidade limitada.....	140
9.4	Exceções	141
9.5	Regime das cotas	142
9.6	Número de cotas.....	144
9.7	Sócio de indústria.....	144
9.8	Exclusão do sócio remisso	145
9.9	Outras hipóteses de exclusão.....	145
9.10	Aquisição das cotas pela sociedade.....	147
9.11	Cessão de cotas.....	147
9.12	Penhorabilidade das cotas	148
9.13	Cotista menor	149
9.14	Sucessão nas cotas.....	149
9.15	Alteração contratual e recesso	150
9.16	Administração social.....	151
9.17	Deliberações sociais.....	155
9.18	Conselho fiscal.....	157
	Parte IV – Companhia	159
10	Caracterização da Companhia	161
10.1	Noção	161
10.2	Nome.....	161
10.3	Princípios estruturantes.....	162
10.3.1	Responsabilidade limitada.....	162
10.3.2	Divisão do capital em ações.....	163
10.4	Características societárias comuns.....	164
10.4.1	Personalidade jurídica	164
10.4.2	Empresa como objeto social	165
10.4.3	Objetivo de lucro	168
10.5	Características próprias da companhia	169
10.5.1	Natureza empresarial	169

10.5.2	Identificação exclusiva por uma denominação	170
10.5.3	Valor subscrito como limite de responsabilidade	171
10.6	Espécies de companhia	171
10.6.1	Companhia aberta	171
10.6.2	Companhia fechada.....	172
10.7	Bolsa de valores e mercado de balcão	173
10.8	CVM	175
11	Constituição da Companhia	179
11.1	Requisitos preliminares.....	179
11.2	Procedimentos constitutivos	180
11.2.1	Subscrição pública (continuada ou sucessiva)	180
11.2.1.1	Registro na CVM	182
11.2.1.2	Prospecto	184
11.2.1.3	Subscrição.....	185
11.2.2	Subscrição particular (simultânea).....	187
11.3	Formalidades complementares	187
11.4	Transferência de bens	190
12	Capital Social	191
12.1	Noção	191
12.2	Formação.....	192
12.3	Modificação	195
12.3.1	Redução de capital	195
12.3.2	Aumento de capital	196
12.3.3	Capital autorizado	197
12.3.4	Aumento por capitalização de lucros ou reservas	198
12.3.5	Aumento por emissão de novas ações	199
12.4	Direito de preferência.....	200
13	Órgãos Sociais.....	203
13.1	Órgãos sociais de administração e controle	203
13.2	Assembleia geral.....	203
13.3	Reforma estatutária	204
13.4	Competência.....	205
13.5	Assembleia Geral Ordinária (AGO).....	206
13.5.1	Obrigatoriedade	206
13.5.2	Periodicidade.....	208
13.5.3	Objeto definido em lei	209
13.6	Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	209
13.7	Conselho de administração.....	211
13.8	Diretoria	213
13.9	Conselho Fiscal.....	215
13.10	Administradores	218

13.10.1	Deveres.....	218
13.10.2	Proibições.....	219
13.10.3	Responsabilidade.....	219
13.11	Acionista controlador	222
13.12	Acordo de acionistas.....	224
14	Acionista.....	227
14.1	Direitos e deveres do acionista	227
14.1.1	Direito de recesso	228
14.1.2	Deveres.....	230
14.2	Direito de voto.....	230
14.3	Suspensão de direitos	231
15	Modalidades Especiais de Companhia.....	233
15.1	Noção	233
15.1.1	Sociedade de economia mista.....	233
15.1.2	Grupos intersocietários	235
15.1.2.1	Alienação do controle	236
15.1.3	Grupos societários	238
15.1.4	Consórcio	238
15.1.5	Subsidiária integral	239
15.1.6	Comandita por ações.....	240
15.1.7	Transformação.....	240
15.1.8	Concentração de empresas	241
15.1.8.1	Incorporação.....	242
15.1.8.2	Fusão	243
15.1.8.3	Cisão.....	244
Parte V – Valores Mobiliários.....		247
16	Ações.....	249
16.1	Valores mobiliários	249
16.2	Ação	249
16.3	Natureza jurídica.....	251
16.4	Valores.....	252
16.5	Prazo	254
16.6	Espécies e classes.....	255
16.6.1	Ordinárias	255
16.6.2	Preferenciais.....	256
16.6.3	Rentabilidade	259
16.6.4	Dividendos	259
16.6.4.1	Dividendo obrigatório.....	260
16.6.5	Pagamento.....	262

16.7	Ações de gozo ou fruição.....	262
16.8	Propriedade da ação.....	263
16.9	Forma.....	263
16.9.1	Ações nominativas.....	264
16.9.2	Ações escriturais.....	265
16.10	Certificados de ações.....	266
16.11	Custódia.....	267
16.12	Certificado de depósito.....	268
16.13	Liquidação antecipada.....	269
16.13.1	Amortização.....	270
16.13.2	Resgate.....	271
16.13.3	Reembolso.....	271
16.14	Negociação em mercado.....	273
17	Partes Beneficiárias.....	275
17.1	Noção.....	275
17.2	Requisitos indispensáveis.....	276
17.3	Forma, vantagem e negociação.....	276
18	Debêntures.....	279
18.1	Noção.....	279
18.2	Requisitos indispensáveis.....	280
18.3	Direitos.....	281
18.4	Convertibilidade.....	281
18.5	Forma.....	282
18.6	Prazos.....	283
18.7	Instituições financeiras.....	284
18.8	Emissão.....	284
18.9	Certificados.....	286
18.10	Rentabilidade.....	287
18.11	Negociação.....	288
18.12	Liquidação antecipada.....	289
18.13	Cédula de debêntures.....	290
18.14	Agente fiduciário.....	291
18.15	Assembleia dos debenturistas.....	292
19	Bônus de Subscrição.....	295
19.1	Noção.....	295
19.2	Requisitos.....	295
19.3	Rentabilidade.....	296
19.4	Negociação.....	296
20	Nota Promissória – Commercial Paper.....	297
20.1	Noção e requisitos.....	297

Parte VI – Títulos de Crédito	299
21 Teoria Geral dos Títulos de Crédito	301
21.1 Noção	301
21.2 Atributos essenciais	303
21.3 Atributos eventuais.....	304
21.4 Inoponibilidade de exceções pessoais.....	306
21.5 Classificação	307
21.6 Requisitos formais indispensáveis.....	309
21.7 Endosso	310
21.7.1 Endosso-mandato	311
21.7.2 Endosso póstumo	312
21.7.3 Endosso-caução	313
21.7.4 Endosso e cessão	313
21.8 Aval	314
21.9 Aval e fiança	316
21.10 Título incompleto	317
21.11 Apresentação e pagamento.....	319
21.12 Execução	320
21.12.1 Penhora de crédito titulado	322
21.12.2 Título oriundo do estrangeiro.....	323
21.13 Prescrição	323
21.14 Regime legal.....	325
22 Cambiais	327
22.1 Noção	327
22.2 Requisitos de validade da letra de câmbio.....	328
22.2.1 Denominação letra de câmbio	328
22.2.2 Mandato de pagar quantia determinada.....	329
22.2.3 Nome da pessoa que deve pagar	329
22.2.4 Nome da pessoa a quem deve ser paga	330
22.2.5 Assinatura de próprio punho do sacador	331
22.3 Requisitos de validade da nota promissória.....	332
22.4 Requisitos não essenciais das cambiais.....	333
22.5 Aceite	333
22.6 Vencimento.....	334
22.7 Pagamento.....	336
22.8 Ressaque.....	337
22.9 Prescrição das cambiais	338
22.10 Ação de anulação.....	339
22.11 Promissória vinculada.....	339
23 Cheque	343
23.1 Ordem de pagamento.....	343

23.1.1	Banco ou instituição equiparada	343
23.1.2	Saldo disponível em poder do sacado.....	344
23.1.3	Conta-corrente bancária	345
23.2	Natureza jurídica	346
23.3	Abstração.....	348
23.4	Requisitos de validade	349
23.5	Intervenientes.....	353
23.6	Apresentação	354
23.7	Espécies quanto à circulação	355
23.8	Endosso	356
23.9	Aval	359
23.10	Cheque pós-datado.....	360
23.11	Cheque cruzado.....	360
23.12	Cheque para creditar	361
23.13	Cheque visado	362
23.14	Cheque de turismo	363
23.15	Cheque postal.....	363
23.16	Cheque administrativo.....	364
23.17	Cheque plural.....	364
23.18	Cheque garantido	364
23.19	Contraordem e sustação	365
23.20	Pagamento de cheque falso	368
23.21	Recusa de pagamento.....	369
23.22	Protesto	369
23.23	Ação por falta de pagamento.....	371
23.24	Prescrição da eficácia executiva	372
23.25	Banco e correntista	374
23.26	Serviço de compensação.....	374
23.27	Cheque sem fundos	375
23.28	Cadastro de emitentes de cheque sem fundos	377
23.29	Substituição do cheque por outros instrumentos.....	378
24	Duplicata	381
24.1	Duplicata e nota fiscal-fatura.....	381
24.2	Requisitos	385
24.3	Remessa e devolução.....	386
24.4	Aceite	386
24.5	Pagamento.....	388
24.6	Protesto	390
24.7	Triplicata	392
24.8	Execução	392
24.9	Prescrição	394
24.10	Exceções e causalidade.....	395

24.11	Duplicata simulada.....	396
24.12	Bloqueto de cobrança.....	398
24.13	Cobrança bancária eletrônica.....	399
24.14	Gerenciamento financeiro eletrônico.....	400
25	Títulos de Crédito Impróprios.....	403
25.1	Noção.....	403
25.2	Títulos representativos.....	403
25.3	Títulos de financiamento.....	407
25.4	Títulos de legitimação.....	411
25.5	Títulos do agronegócio.....	412
26	Protesto.....	413
26.1	Noção.....	413
26.2	Protocolização.....	415
26.3	Intimação.....	415
26.4	Sustação.....	417
26.5	Pagamento.....	418
26.6	Espécies.....	419
26.7	Conteúdo do registro.....	420
26.8	Cancelamento.....	420
26.9	Protesto especial falimentar.....	422
26.10	Microempresa e empresa de pequeno porte.....	422
26.11	Títulos sujeitos a protesto.....	423
Parte VII – Contratos Mercantis.....		427
27	Contratos Mercantis.....	429
27.1	Introdução.....	429
27.2	Princípios do CC.....	430
27.3	Normas regentes.....	430
27.4	Formação.....	431
27.5	<i>Pacta sunt servanda</i>	432
27.6	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	433
27.7	<i>Rebus sic stantibus</i>	434
27.8	Caso fortuito e força maior.....	435
27.9	Extinção do contrato.....	435
28	Compra e Venda Mercantil.....	439
28.1	Noção.....	439
28.2	Venda a vista de amostras.....	440
28.3	Obrigações do vendedor.....	441
	28.3.1 Entrega da mercadoria vendida.....	441
	28.3.2 Responsabilidade por vício e por evicção.....	441
28.4	Obrigações do comprador.....	442
28.5	Coisa.....	442

28.6	Preço	443
28.7	<i>Incoterms</i>	444
29	Mandato Mercantil	447
29.1	Noção	447
29.2	Terceiro	448
29.3	Obrigações.....	448
29.4	Extinção.....	449
30	Comissão Mercantil	451
30.1	Noção	451
30.2	Obrigações.....	451
31	Cartão de Crédito	455
31.1	Noção	455
31.2	Elementos.....	457
31.3	Vantagens	457
31.4	Contratos.....	457
31.5	Natureza jurídica	459
31.6	Modalidades	460
31.7	Uso indevido.....	461
31.8	Juros remuneratórios.....	462
31.9	Preço e pagamento com cartão.....	463
31.10	Algumas regras operacionais	464
32	Faturização (<i>Factoring</i>)	467
32.1	Noção	467
32.2	Partes.....	469
32.3	Características do contrato	469
32.4	Modalidades	472
33	Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	473
33.1	Noção	473
33.2	Requisitos do contrato	475
33.3	Antecipação do VRG	476
33.4	Prazos	477
33.5	Partes.....	478
33.6	Modalidades	478
33.7	Inadimplemento	480
33.8	<i>Leasing</i> e CDC.....	482
33.9	<i>Leasing</i> e ICMS	483
34	Alienação Fiduciária	485
34.1	Noção	485
34.2	Requisitos	487

34.3	Mora e inadimplemento	488
34.4	Busca e apreensão	490
34.5	Coisa imóvel	491
35	Franquia Empresarial (<i>Franchising</i>)	495
35.1	Noção	495
35.2	Partes	496
35.3	Obrigações do franqueador	497
35.4	Obrigações do franqueado	499
35.5	Contrato de franquia	500
36	Representação Comercial Autônoma	501
36.1	Noção	501
36.2	Representante comercial	502
36.3	Requisitos do contrato	503
36.4	Justa causa para rescisão	504
36.5	Obrigações do representante	505
36.6	Obrigações do representado	506
37	Agência/Distribuição e Concessão	507
37.1	Cooperação interempresarial	507
37.2	Agência/distribuição	507
37.3	Outras modalidades de distribuição	509
37.4	Concessão comercial de veículos automotores	509
38	Contrato de Seguro	513
38.1	Direito positivo	513
38.2	Caráter mercantil do seguro	513
38.3	Notícia histórica	513
38.4	Natureza jurídica e proteção legal	514
38.5	Intervenientes	515
38.6	Comprovação	515
38.7	Conteúdo do instrumento constitutivo	516
38.8	Modalidades	517
38.9	Regras gerais básicas previstas no CC	517
38.10	Perda do direito à indenização	518
38.11	Seguro-saúde e doença preexistente	518
38.12	Prazos prescricionais	519
38.13	Previsão penal	520
38.14	Diretrizes processuais	520
38.15	Resseguro	520
38.16	Regras sumuladas pelos tribunais superiores	523
39	Contratos de Suporte Empresarial	525
39.1	Transporte e armazenamento	525

39.2	Contrato de transporte de coisas	526
39.2.1	Deveres do transportador	528
39.2.2	Outras normas sobre transportes.....	529
39.3	Contrato de depósito em armazéns gerais	530
40	Contratos Bancários.....	533
40.1	Banco.....	533
40.2	Instituições financeiras	535
40.3	Sigilo bancário.....	538
40.4	Operações bancárias.....	540
40.4.1	Contratos de operações passivas.....	541
40.4.1.1	Certificado de depósito bancário.....	543
40.4.1.2	Recibo de depósito bancário	544
40.4.2	Contratos de operações ativas	546
40.4.2.1	Mútuo bancário.....	546
40.4.2.2	Desconto de títulos de terceiros	547
40.4.2.3	Abertura de crédito.....	547
40.5	Revisão dos contratos bancários	550
40.6	Remuneração de serviços de instituições financeiras	552
	Parte VIII – Direitos do Consumidor	555
41	Direitos do Consumidor.....	557
41.1	Consumidor e relação de consumo	557
41.2	Direitos do consumidor	559
41.3	Responsabilidade do fornecedor.....	560
41.4	Responsabilidade pelo fato do produto.....	561
41.4.1	Excludentes	562
41.5	Responsabilidade pelo fato do serviço	562
41.6	Responsabilidade por vício do produto e do serviço	563
41.7	Decadência e prescrição	564
41.8	Desconsideração da personalidade jurídica	565
41.9	Práticas infrativas	565
41.10	Publicidade e propaganda	567
41.10.1	Publicidade enganosa e publicidade abusiva	568
41.11	Proteção contratual	569
41.12	Cláusulas abusivas.....	570
41.13	Inversão do ônus probatório.....	571
41.14	Declaração de ofício	571
41.15	Negativação do consumidor inadimplente.....	572
	Parte IX – Falências e Recuperações	573
42	Insolvência Empresarial	575
42.1	Introdução.....	575
42.2	Síntese histórica	575

42.3	Princípios do regime concursal empresarial.....	578
42.3.1	Princípio da viabilidade da empresa.....	578
42.3.2	Princípio da prevalência do interesse dos credores.....	579
42.3.3	Princípio da publicidade dos procedimentos	579
42.3.4	Princípio da <i>par conditio creditorum</i>	579
42.3.5	Princípio da conservação e maximização dos ativos	580
42.3.6	Princípio da conservação da empresa viável.....	580
42.4	Transição legal.....	580
43	Devedor Empresário	583
43.1	Pessoa física e pessoa jurídica.....	583
43.2	Empresas excluídas.....	586
43.3	Empresas sujeitas a regime especial	586
43.4	Empresário não personificado	588
43.5	Sócios	589
43.6	Impedidos de exercer a empresa	591
43.7	Microempresa e empresa de pequeno porte	591
44	Competência.....	593
44.1	Juízo do principal estabelecimento.....	593
44.2	Princípios do juízo concursal	594
44.2.1	Devedor autor	595
44.2.2	Reclamações trabalhistas.....	596
44.2.3	União.....	596
44.2.4	Créditos tributários.....	596
44.2.5	Ações anteriores ao processo de insolvência.....	597
45	Créditos	599
45.1	Ordem de preferência dos credores	599
45.2	Verificação	600
45.2.1	Créditos relacionados e habilitação de créditos.....	600
45.3	Impugnação.....	603
45.4	Classificação dos créditos na falência	606
46	Recuperações.....	611
46.1	Introdução.....	611
46.2	Meios de recuperação.....	612
46.3	Recuperação extrajudicial.....	616
46.3.1	Características da recuperação extrajudicial.....	616
46.3.2	Procedimento recuperatório	617
46.4	Recuperação judicial.....	621
46.4.1	Legitimação ativa	624
46.4.2	Despacho de processamento.....	625
46.5	Plano de recuperação judicial.....	626
46.6	Impugnação.....	627

46.7	Laudo econômico-financeiro.....	628
46.8	Assembleia geral de credores.....	628
46.9	Decisão sobre o plano.....	630
46.10	Administração dos bens.....	632
46.11	Substituição administrativa.....	633
46.11.1	Condenação criminal.....	634
46.11.2	Dolo, simulação ou fraude.....	634
46.11.3	Esvaziamento do patrimônio.....	635
46.11.4	Recusa de informações.....	635
46.12	Administrador judicial.....	636
46.13	Comitê de credores.....	637
46.14	Convolação em falência.....	638
46.15	Cumprimento da recuperação.....	639
47	Estado de Falência.....	641
47.1	Noção de falência.....	641
47.2	Pressupostos do estado de falência.....	642
47.3	Critérios aferidores da insolvência.....	642
47.3.1	A impontualidade como causa de pedir na falência.....	643
47.3.2	A execução frustrada como causa de pedir na falência.....	646
47.3.3	Sintomas legais como causa de pedir na falência.....	647
47.4	Decretação judicial.....	652
47.5	Falência <i>ex officio</i>	652
47.6	Pluralidade de credores.....	653
47.7	Meio judicial de cobrança.....	653
48	Ação Constitutiva de Falência.....	655
48.1	Introdução.....	655
48.2	Legitimação ativa.....	655
48.2.1	Falência requerida pelo próprio devedor.....	656
48.2.2	Falência requerida por credor.....	658
48.2.2.1	Credor privilegiado.....	659
48.2.2.2	Fazenda Pública.....	659
48.2.2.3	Sócio e liquidante.....	660
48.2.3	Espólio.....	660
48.3	Procedimento.....	661
48.4	Pedido com base nos atos enumerados em lei.....	665
48.5	Parecer do Ministério Público.....	666
48.6	Desistência do pedido.....	666
48.7	Resposta do réu na ação falimentar.....	666
49	Sentença e Recursos.....	673
49.1	Sentença decretatória.....	673
49.1.1	Termo legal.....	675

49.1.2	Nomeação do administrador judicial.....	676
49.1.3	Convocação de assembleia e constituição de Comitê.....	676
49.1.4	Publicidade da decretação.....	678
49.2	Denegação do pedido de falência.....	678
49.3	Recursos.....	680
49.4	Revogação da falência.....	681
50	Efeitos da Decretação de Falência.....	683
50.1	Efeitos da sentença.....	683
50.1.1	Formação da massa falida subjetiva.....	683
50.1.2	Suspensão das ações individuais.....	686
50.1.3	Suspensão condicional da fluência de juros.....	687
50.1.4	Exigibilidade antecipada dos créditos.....	688
50.1.5	Suspensão da prescrição.....	690
50.1.6	Arrecadação dos bens do devedor.....	690
50.2	Efeitos quanto ao devedor.....	691
50.2.1	Direitos do devedor.....	694
50.3	Efeitos quanto aos contratos do devedor.....	694
50.4	Administradores e controladores.....	698
51	Ações Revocatórias.....	701
51.1	Atos prejudiciais à massa.....	701
51.2	Atos suscetíveis de revogação na falência.....	702
51.3	Ação revocatória e presunção de fraude.....	703
51.3.1	Dano.....	703
51.3.2	Atos suscetíveis de revogação.....	704
51.3.2.1	Atos praticados durante o termo legal.....	705
51.3.2.2	Atos praticados no biênio pré-falimentar.....	707
51.3.2.3	Inscrições.....	707
51.3.2.4	Venda ou transferência do estabelecimento.....	708
51.4	Ação pauliana falencial.....	709
51.5	Efeito restitutivo.....	710
51.6	Processo revocatório.....	710
52	Administração da Falência.....	713
52.1	Órgãos da falência.....	713
52.2	Administrador judicial.....	713
52.3	Funções do administrador judicial.....	714
52.4	Substituição do administrador judicial.....	716
52.5	Remuneração do administrador judicial.....	717
52.6	Responsabilidade do administrador.....	718
52.7	Ministério Público.....	719
52.8	Comitê de Credores.....	719
52.9	Assembleia geral de credores.....	720

53	Liquidação e Encerramento.....	723
53.1	Fase executiva.....	723
53.2	Arrecadação.....	723
53.3	Destinação antecipada de bens.....	726
53.4	Falência frustrada	727
53.5	Restituição.....	728
53.6	Realização do ativo.....	732
53.7	Solução do passivo	735
53.8	Encerramento	736
53.9	Extinção das obrigações.....	737
54	Direito Penal Falimentar	739
54.1	Introdução.....	739
54.2	Crimes falimentares.....	740
54.3	Inquérito penal falimentar.....	743
54.4	Ação penal falimentar.....	744
54.5	Sentença	746
	Parte X – Direito Concorrencial.....	749
55	Direito Concorrencial	751
55.1	Bases do direito concorrencial brasileiro	751
55.2	Lei de Defesa da Concorrência.....	752
55.3	Composição do SBDC	753
55.4	Infrações contra a ordem econômica.....	754
55.5	Sanções	757
55.6	Direito de ação	759
55.7	Prescrição	759
55.8	Acordo de leniência	760
55.9	Crimes contra a ordem econômica	761
55.10	Concentrações empresariais	762
55.11	Atos de concentração.....	763
	Parte XI – Propriedade Industrial.....	765
56	Direito de Propriedade Industrial.....	767
56.1	Introdução.....	767
56.2	Titularidade da patente	769
56.3	Patenteabilidade	770
56.4	Novidade	771
56.5	Inventividade.....	772
56.6	Industriabilidade	772
56.7	Prioridade.....	773
56.8	Depósito do pedido de patente.....	773

56.9	Publicação	775
56.10	Exame do pedido	775
56.11	Concessão da patente	776
56.12	Violação do direito da patente	777
56.13	Nulidade	778
56.14	Licença	778
56.15	Extinção da patente	779
	56.15.1 Caducidade.....	779
56.16	Desenho industrial.....	779
56.17	Marcas	781
	56.17.1 Espécies	782
	56.17.2 Categorias	782
	56.17.3 Marcas não registráveis	783
	56.17.4 Proteção e restrições.....	784
	56.17.5 Registro da marca.....	784
56.18	Concorrência indevida.....	786
	56.18.1 Modalidades	786
	56.18.2 Concorrência desleal	787
	56.18.3 <i>Software</i>	789
Súmulas em Matéria Comercial		791
1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	791
2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	794
Bibliografia		807